

Nos campos próximos ao Rio Arapehy: política militar do Império do Brasil na fronteira com o Uruguai e a atuação do tenente Manoel Luís Osório (1831-1835)

En los campos cercanos al Río Arapehy: política militar del Imperio de Brasil en la frontera con Uruguay y la actuación del teniente Manoel Luís Osório (1831-1835)

Dr. Guilherme Grunding¹

Resumo: O artigo analisa alguns fatores que conformaram as hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai. Num contexto de muitas guerras e de construção do Estado imperial é dado destaque à atuação do tenente Manoel Luís Osório, que ascendeu socialmente a partir dos campos de batalha em terras de fronteira. Utilizando um conjunto variado de fontes documentais, o artigo enfatiza que aquela sociedade fronteiriça possuía uma hierarquia social complexa.

Palavras-chave: História do Brasil; Fronteira; Hierarquia social.

Resumen: El artículo analiza algunos factores que conformaron las jerarquías sociales en la frontera entre Brasil y Uruguay. En un contexto de muchas guerras y de construcción del estado monárquico, se destaca la actuación del teniente Manoel Luís Osório, quien ascendió socialmente a partir de los campos de batalla en tierras fronterizas. Utilizando un conjunto variado de fuentes documentales, el artículo enfatiza que aquella sociedad fronteriza poseía una jerarquía social compleja.

Palabras clave: Historia de Brasil; Frontera; Jerarquía social.

Introdução

A história que me dedico a contar no presente artigo acontece na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, entre os anos de 1831 e 1835, no intervalo entre a Guerra Cisplatina (1825-1828) e o início da Revolta Farroupilha (1835-1845). Essa conjuntura, que ficou marcada na historiografia como o período de intervalo entre os conflitos, registrou várias ocorrências na fronteira entre esses países – roubos, violências e assassinatos² –, fazendo com que as autoridades militares e políticas discutissem medidas para controlar os ânimos, evitando uma nova operação bélica na região.

O contexto era de mudanças políticas no Brasil, haja vista a abdicação de D. Pedro I e o início do Período Regencial, mas também a criação de instituições e de legislações que modificavam as relações de poder existentes, sobretudo, em esfera local. Tudo contribuía para o aumento das tensões políticas, em diversas províncias do Império do Brasil.

¹ Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2015). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2019). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ). Integrante do Núcleo de Estudos da Política e História Social, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Link: <http://lattes.cnpq.br/1107721029078885>

² Biblioteca NACIONAL (BN) – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1831, p.7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq=&pagfis=16> Acesso em: 23 de julho de 2024.

Em relação à fronteira do Rio Grande do Sul, no início da década de 1830, os proprietários rio-grandenses reivindicavam as terras que ficavam ao norte do território do Uruguai, onde diziam ser detentores de campos de terras e de grande número de animais. Enquanto isso, no Uruguai, a ideia era ocupar essa região com colônias militares formadas por indígenas guaranis-missioneiros, desterrados das Missões e conduzidos por Fructuoso Rivera – líder militar e político uruguaio, o primeiro presidente do país (1830-1834) – para aquela região fronteiriça. Isso foi resultado de acordos firmados entre autoridades dos dois países, definindo que a partir de então a região das Missões, que ficava a noroeste do Rio Grande do Sul, passaria a pertencer aos domínios do Estado imperial brasileiro.

As análises sobre a região platina têm recebido a atenção da historiografia nas últimas décadas, juntamente com a ressignificação dos processos de independência e de consolidação dos Estados Nacionais da bacia hidrográfica do Prata ao longo do oitocentos.³ Variados espaços de debates, como eventos acadêmicos e dossiês temáticos, contribuíram para a ampliação do conhecimento sobre o conceito de *fronteira*.

Nesse sentido, torna-se importante ressaltar que os limites políticos entre os dois países, Brasil e Uruguai, não isolavam as populações fronteiriças. Isso quer dizer que, para as pessoas que residiam na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Estado Oriental do Uruguai, movimentar-se entre um lado ou outro era absolutamente comum. Os indivíduos que ali habitavam, mesmo sabendo que não se tratava de um mesmo território político, certamente mantinham contato entre si.⁴ Metodologicamente, é preciso definir que o termo *fronteira* será trabalhado ao longo deste artigo como um espaço vivo, permeado por estratégias de relacionamento que uniam e também distanciavam indivíduos, na medida que esse espaço territorial poderia ser manejado por seus habitantes, abrindo a possibilidade para o estabelecimento de negociações e alianças políticas, econômicas, culturais.⁵

Esse território assumia variados sentidos para as pessoas, uma “fronteira dinâmica” com ampla circulação de mercadorias e concepções políticas. Por essa razão, creio que a trajetória de Manoel Luís Osório se torna um interessante dispositivo de acesso às dinâmicas daquela fronteira, pois ele foi um agente do Estado imperial brasileiro, ao mesmo tempo que também construiu relações sociais importantes no território vizinho.

³ FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

⁴ FARINATTI, Luis Augusto; MATHEUS, Marcelo Santos. 2017. A história de João Potro: Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). *Vária História*, Belo Horizonte, vol.33. n.63, p.81-83. <https://doi.org/10.1590/0104-87752017000300007>

⁵ FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – (1851-1864)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p.44-45.

Neste estudo, procuro focar em uma região específica, situada entre o Noroeste do atual território do Uruguai e o Sudoeste do território do Rio Grande do Sul, que, no século XIX, ainda estava em franca disputa entre proprietários rurais brasileiros e uruguaios. Essa região fronteiriça, vinculava-se economicamente à pecuária e ao complexo produtor de charque (carne salgada) que, em grande parte, estava localizado no litoral do Rio Grande do Sul. O charque, produzido com a ampla utilização de mão de obra escravista, tornou-se o principal produto de integração do Rio Grande do Sul ao mercado nacional, abastecendo, por décadas, diversas regiões do país. Além disso, para o mercado internacional, exportavam-se os couros retirados dos animais, remetendo-os principalmente para a Europa e para os Estados Unidos.⁶

Manoel Luís Osório também se tornou proprietário de terras nessa região de fronteira, em episódio que tratarei mais adiante sob uma perspectiva mais *microanalítica*, pois pode contribuir para um olhar mais aprofundado em relação a formação de hierarquias sociais na fronteira.⁷ O tenente Osório chegou a reunir grande número de pessoas nessa propriedade, entre familiares, peões livres e agregados, além de dezenas de pessoas, homens e mulheres, escravizadas. Em relação a sua ascensão na hierarquia do Exército, embora o seu desempenho nas funções de estancieiro e/ou de criador não influenciasse diretamente, acredito que essas atividades possibilitaram a sua inserção dentro de uma teia de relações que certamente alimentaram o seu prestígio social em terras de fronteira.

Dessa maneira, é possível que o leitor esteja pensando que Manoel Osório exerceu alguma espécie de autoridade irrestrita no território fronteiriço, orientando por si só o posicionamento de tropas, fiscalizando ou fazendo vista grossa em relação ao contrabando de gado, estabelecendo negociações como bem entendia. Essa leitura não parece corresponder à realidade ou no mínimo parece ser uma leitura equivocada. É preciso entender que as lideranças militares do Rio Grande do Sul, assim como as de outras regiões, precisavam estabelecer legitimidade e, para isso, negociavam suas autoridades em relação às suas bases sociais. Além disso, o tenente Osório era representante das armas do Estado imperial e, sendo assim, estava subordinado a outras autoridades militares e políticas, fazendo parte de um jogo relacional, entre superiores e subalternos, entre subordinados e autoridades, o que conformava a própria hierarquia social do território fronteiriço. O que estou querendo dizer é que a sua

⁶ VARGAS, Jonas Moreira 2013. *Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: PPGH-UFRJ, 2013.

⁷ LEVI, Giovanni. 2000. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. ISBN: 85-200-0497-0.

atuação como oficial do Exército produzia algum reflexo nas dinâmicas daquela sociedade, assim como era também por ela afetado.⁸

Em tempos de guerras, de revoltas e de conflitos geopolíticos, como as que ocorreram nessa região durante o século XIX, houve o surgimento de muitos indivíduos que se consolidaram enquanto lideranças militares e políticas na fronteira do Império do Brasil. Manoel Luís Osório foi mais uma dessas lideranças e a sua trajetória, assim como a de outras tantas, ilustra a ascensão social a partir dos campos de batalha na fronteira do Rio Grande do Sul.⁹

Dito isso, a ideia central deste artigo não é acompanhar a atuação de Manoel Luís Osório em batalhas que participou ou sua ascensão nas forças militares. Neste estudo, procuro dar conta dos anos menos conhecidos de sua trajetória, isto é, os aspectos mais “ordinários” de sua vida. Foram momentos em que, ainda no início de sua carreira, o futuro “General Osório” – alcunha pela qual foi imortalizado¹⁰ – chegou a cogitar a hipótese de abandonar as forças militares de que fazia parte na fronteira do Império, para dedicar-se aos seus negócios pessoais.

Ao longo da segunda metade do século XIX, Manoel Luís Osório se consolidou como um comandante de fronteira, reconhecido por seu prestígio político e social, também em relação às autoridades dos países vizinhos, o que lhe proporcionou ser eleito, em 1877, ao Senado Federal e, em 1878, ser escolhido para o cargo de ministro da Guerra.¹¹ É inegável que essa história trata de uma bem-sucedida carreira nas armas do Império do Brasil, porém, também é válido mencionar que nem sempre foi assim ao longo de sua trajetória nas forças militares. Durante grande parte de sua vida, Osório percorreu um caminho muito mais acidentado do que parece, sendo algumas vezes preterido em promoções no Exército, o que sugere que o seu relacionamento com autoridades superiores talvez não fosse dos melhores.¹²

⁸ VARGAS, Jonas M. 2021. “Nos caminhos de São Gregório”: As hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro (c. 1831-1865). *Almanack, [S.L.]*, n.27. <https://doi.org/10.1590/2236-463327ed00721>

⁹ FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

¹⁰ Seu nome foi incluído entre os “Heróis no Panteão da Pátria”, através da “Lei nº 11.680, de 27 maio de 2008 (Projeto de Lei nº 1.140/2007, de autoria do deputado Bonifácio de Andrada – PSDB/MG)” e que foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República (2016). Lei nº 11.680, de 27 maio de 2008. Disponível em:

https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11680&ano=2008&ato=51coXW61UNRp_WTa8a
Acesso em: 30 de julho de 2024.

¹¹ Devido a sua atuação na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), recebeu os títulos de Visconde, Barão e Marquês do Herval.

¹² GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. *Guerra, política e relações de poder: a trajetória de Manoel Luís Osório*. Tese (Doutorado em História), PPHR-UFRJ, Seropédica, 2024.

O artigo explora três hipóteses. Primeiro, o tenente Osório e os demais líderes militares e milicianos da fronteira, rio-grandenses ou platinos, não exerciam o controle total daquela região, ou seja, houve a necessidade de negociar a legitimidade de sua autoridade diante da população local. Vale destacar que, neste período, Manoel Luís Osório estava com a patente-militar de tenente, ou seja, um posto considerado intermediário entre as forças militares brasileiras, muito aquém na hierarquia para exercer tamanho controle.¹³ Isso leva a pensar que o exercício de seu poder naquela região pudesse derivar de sua condição de proprietário rural e de sua posição social dentro de uma rede de relações fronteiriças.

A segunda hipótese diz respeito ao significado da fronteira para um jovem militar, com pouco mais de 20 anos, que, apesar de ser proprietário de terras e de escravizados, permaneceu por vários anos no mesmo posto intermediário da hierarquia militar. De fato, ele reconhecia os códigos sociais da fronteira, sabia se relacionar com as dinâmicas próprias aquele espaço fronteiriço e com os seus habitantes. É possível que, em algumas situações, Osório tivesse de demonstrar a sua autoridade, comprovando a institucionalidade de seu cargo militar, mas, em outras oportunidades, certamente se valia de suas redes para mediar os assuntos políticos próprios ao controle do território, durante o processo de consolidação do Estado nacional brasileiro.

Por fim, a última hipótese tem relação a construção de sua liderança na fronteira, que precisou ser negociada tanto em relação às autoridades do Império quanto em relação ao espaço social fronteiriço. Para isso, as lideranças políticas e militares recorriam a práticas cotidianas, como a ocupação de cargos, o cumprimento da legislação e a troca de experiência “com outros funcionários da Coroa que podiam ser seus aliados, em relações que oscilavam entre cooperação e competição”.¹⁴

O tenente Osório e a política militar do Império do Brasil na fronteira com o Uruguai

Manoel Luís Osório nasceu em 10 de maio de 1808, na Freguesia de Conceição do Arroio, na Comarca de Santo Antônio da Patrulha, no litoral do Rio Grande do Sul. Foi o quarto filho do casal Manoel Luiz da Silveira Borges e Anna Joaquina Luísa Osório.¹⁵ Na propriedade da família de sua mãe, a chamada *Estância do Arroio*, o jovem Osório viveu

¹³ Manoel Luís Osório atingiu o posto máximo da hierarquia militar do Exército, a graduação de marechal, por decreto de junho de 1877.

¹⁴ VARGAS, Jonas M. 2021. “Nos caminhos de São Gregório”: As hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro (c. 1831-1865). *Almanack*, [S.L.], n.27, p.8. <https://doi.org/10.1590/2236-463327ed00721>

¹⁵ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) – Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

durante grande parte de sua infância, junto aos irmãos e parentes. No início da década de 1820, a família foi residir na fronteira daquela província com o Estado Oriental do Uruguai.

Num ambiente rural, cujas guerras eram quase que constantes, Manoel Luís Osório se alistou, em 1º de maio de 1823, nas tropas da Legião de São Paulo,¹⁶ pouco antes de completar 15 anos. Vale destacar que o alistamento nessa idade, embora pareça atípico para os padrões atuais, não era nenhuma grande exceção, ainda mais em tempos belicosos. Além disso, atuando sob ordens de seu pai, que era tenente-coronel, sua inserção nas “forças militares brasileiras” ocorreu no sítio “às tropas portuguesas” em Montevidéu, nas movimentações militares decorrentes do processo de Independência do Brasil. Depois, já servindo nas forças de 1ª linha, o Exército da época, atuou também na Guerra Cisplatina. A partir de agosto de 1828, com o término desse conflito, a assinatura do tratado de paz e o reconhecimento da independência da República Oriental do Uruguai,¹⁷ o tenente Manoel Luís Osório seguiu junto com o 5º Regimento de Cavalaria do Exército, tropa que passou a servir ao final do conflito, para o vilarejo de Bagé, onde permaneceram por pouco tempo, pois o regimento foi transferido logo em seguida para a vila de Rio Pardo.

O Rio Grande do Sul que, à época, apresentava-se como uma província predominantemente rural, tinha na vila de Rio Pardo, uma das primeiras a ser assim reconhecida na província, um crescente núcleo urbano.¹⁸ O comércio e a diversidade social da região foram destacados pelo viajante francês Arsene Isabelle, quando, em 1834, descreveu a sua passagem pela Vila de Rio Pardo:

“[...]O passo do rio Jacuí é de muito trânsito; um movimento permanente de carretas, de cavalo, mulas, bois, viajantes e mercadorias cruzando-se no rio[...] As roupas ou atavios dos viajantes nacionais e estrangeiros, a mistura de figuras negras, brancas, cor

¹⁶ A Legião de São Paulo correspondia a uma força de Milícia, tropas auxiliares ou de 2ª linha. Essas tropas foram deslocadas da Capitania de São Paulo, quando passaram a integrar praças e oficiais da região, entre eles Osório e seu pai, durante as lutas contra as forças de Artigas, no Uruguai. Por lei, essas tropas deixariam de se reunir a partir de 18 de agosto de 1831, quando teriam de ser dissolvidas, devido à criação da Guarda Nacional.

¹⁷ Assinatura do Tratado Preliminar de Paz, estabelecido e “celebrado em 27 de agosto de 1828” entre as nações que fizeram parte da Guerra Cisplatina. A convenção demarcava o início do fim das hostilidades entre os países. Ver: Biblioteca Nacional. *Jornal do Comercio (RJ) – 1830-1839* – N.º 60, de 7 de março de 1833, p.2. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&Pesq=%22bella%20Uni%c3%a3o%22&pagfis=3886 Acesso em: 30 de maio de 2023.

¹⁸ Grande parte dos habitantes dedicavam-se a criação de gado bovino, cavalar e lanífero. Na agricultura, plantava-se milho, feijão, mandioca, trigo, cevada, linho cânhamo. Extraía-se erva-mate e algodão das lavouras. PETIZ, S. S. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009, p.69.

de bronze, de azeitona, e amulados; os remadores mestiços e índios que acompanhavam as tropas de animais”.¹⁹

Situada entre os rios Pardo e Jacuí, a vila foi construída em relevo alto. A localização peculiar justificava-se pela recorrência de guerras na região, que até o princípio do século representava a localidade mais à oeste das possessões lusas.²⁰ Na década de 1830, em geral, as famílias abastadas da vila residiam em sobrados construídos de alvenaria e/ou de madeira ao estilo colonial, que ocupavam as ruas do centro. A localidade também registrava moradias simples, onde viviam famílias mais humildes, os pequenos casebres.²¹

Do ponto de vista político, a vila de Rio Pardo, naqueles anos, inspirava cuidados das autoridades. Assim como em outros locais, as manifestações nas ruas eram convocadas por facções e por “sociedades secretas”, que procuravam fazer ecoar suas ideias políticas através da imprensa, panfletos e folhetins. A despeito do amplo analfabetismo da população no século XIX, o Rio Grande do Sul começava a organizar no período uma pequena “cultura letrada”, principalmente em núcleos urbanos. Diante da ampliação do debate público na província, as medidas tomadas pelo governo regencial causavam reações diversas. Cada província possuía seus próprios condicionantes. No caso do Rio Grande do Sul, possuir uma ampla fronteira, limítrofe entre Estados Nacionais independentes e que construíram um vasto histórico de conflitos, certamente influenciava as decisões da Coroa em relação àquele território.²²

Ao chegar em Rio Pardo, Manoel Luís Osório completou 21 anos de idade. Ainda muito jovem, estava próximo à sua família, que residia na Vila de Caçapava do Sul.²³ O tenente Manoel Luís Osório encontrava-se em uma posição considerada intermediária na hierarquia do Exército. A patente-militar de tenente não garantia conforto, e a ausência de conflitos na região não lhe dava esperanças de obter promoção.²⁴ Aos oficiais subalternos, grupo do qual fazia parte como tenente, cabia a responsabilidade de disciplinar, de exercitar e de comandar a tropa.²⁵ Ele também “deve ter se ocupado com tarefas administrativas rotineiras relativas à sua companhia, inspecionando os serviços da guarnição, entre os quais –

¹⁹ ISABELLE, Arsène 1983. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1983, p.220. A publicação original desta obra é de 1835.

²⁰ PETIZ, S. S. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

²¹ ISABELLE, Arsène 1983. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1983, p.52.

²² GUAZZELLI, Cesar Augusto. *O horizonte da província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado, UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 1998.

²³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs) – Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, Autos n.146. Maço 6, Caçapava. Cartório de Orphãos e Ausentes.

²⁴ A promoção para o posto de capitão do Exército ocorreu somente em 20 de agosto de 1838. Manoel Luís passou quase 11 anos como tenente até ser promovido.

²⁵ SOUZA, Adriana Barreto de. 2008. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.573-574. ISBN 978-85-200-0864-5.

sua atividade principal” –, o de manter guardas em prontidão, em caso de alguma situação emergencial.²⁶

Para além dos limites impostos pela hierarquia, existia o convívio entre oficiais e praças. Em relação a isso, é preciso destacar que a sua infância e juventude não foram contempladas com grande esforço de erudição e etiqueta. A sua trajetória em nada lembrava a de um soldado palaciano, o que o aproximava de oficiais inferiores e de praças. Osório frequentou apenas uma instituição de ensino formal, cujas instruções resumiam-se a operações matemáticas simples, leitura e escrita. Nesse sentido, o aprendizado militar ao qual teve acesso ocorreu durante os conflitos nos campos da fronteira. Aliás, grande parte de sua formação aconteceu em ambiente rústico, na estância e/ou em campanha, onde convivia com oficiais experientes, peões, soldados etc. Mesmo em tempos de “paz”, o seu cotidiano era o de um soldado nos acampamentos da fronteira.

De todo modo, o fato de Manoel Luís Osório ter se tornado cadete, em 1825, indica que ele “sabia ler e escrever, além de dominar os princípios da aritmética”. Conforme mudanças na legislação, em 1820, para receber o título de primeiro cadete, Manoel Luís Osório deveria ser filho de nobres ou de um oficial superior da Milícia ou do Exército. “O grau de segundo cadete era reservado aos filhos de oficiais que tivessem alcançado no máximo o posto de major”.²⁷ O jovem Osório aproveitou a vinculação de seu pai, o tenente-coronel Manoel Luiz da Silveira Borges, comandante da guarnição de Salto-Uy que, como se não bastasse ser oficial superior, em maio de 1822, foi reconhecido com a Ordem Imperial do Cruzeiro.²⁸ Vale considerar também que nem todas as famílias tinham acesso à educação naquela época, o que permite inferir que a família Osório detinha já naquele período condição de ser classificada, ao menos, como parte da pequena classe média de Caçapava do Sul, ainda que, possivelmente, ela estivesse situada entre as mais ricas da localidade.²⁹

Manoel Luís Osório deve ter escolhido integrar a cavalaria do Exército em razão da influência paterna. A arma de cavalaria era frequentemente associada à nobreza, no que diz respeito ao estatuto social e organização regimental, sendo sempre fundamental em conflitos bélicos, mas também em períodos sem conflitos, quando o efetivo ficava responsável pela

²⁶ KRAAY, Hendrick. 2004. Daniel Gomes de Freitas: um oficial rebelde do Exército Imperial Brasileiro. *POLITEIA*, Vitória da Conquista, v.4, 2004. ISSN 2236-8094

²⁷ Idem, p.139.

²⁸ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Arquivo General Osório. Série: Núcleo familiar. Carta patente do tenente-coronel de Milícia, Manoel Luiz da Silveira Borges, por decreto do Imperador D. Pedro I, na Corte do Rio de Janeiro (RJ), em 25 de maio de 1822. Notação Final: DL226.003.

²⁹ Esse assunto, o posicionamento social e econômico da família Osório, foi tratado de maneira mais abrangente no capítulo I da Tese de Doutorado: *Guerra, Política e Relações de Poder: A trajetória de Manoel Luís Osório*, defendida em 2024, de autoria de Guilherme de Mattos Gründling.

fiscalização da ampla fronteira. Mesmo com seu regimento posicionado em Rio Pardo, os destacamentos para a fronteira sul foram muito comuns naquele período. Isso gerava todo o tipo de desconforto para o efetivo, pois, naquela época, não era comum que “oficiais e soldados” trabalhassem pelo Exército, “na ausência de um termo mais apropriado, em regime de tempo integral”. Esses homens geralmente passavam longos períodos longe dos regimentos. Afastados do serviço militar, dedicavam-se a diferentes atividades normalmente ligados à agropecuária, enquanto que os oficiais frequentemente se dedicavam ao comércio, à criação de gado e/ou à produção agrícola.³⁰

Na fê de ofício do tenente Manoel Luís Osório, documento militar em que se registravam as ações dos militares em serviço e as funções que exerciam, consta que, entre 1829 e 1835, ele esteve destacado na fronteira em três ocasiões. A primeira foi em um acampamento militar em Tacuarembó ou Taquarembó, no Uruguai, quando permaneceu em campanha de 31 de março a 19 de junho de 1829. Depois, entre os dias 2 de agosto de 1831 e 1º de maio de 1832, no acampamento de Santana do Livramento, somente retornou à guarnição de Rio Pardo após sete meses destacado. Por fim, foi submetido a uma missão na qual permaneceu por 23 meses na fronteira, de 22 de fevereiro de 1833 a 1º de janeiro de 1835, sem paradeiro definido.³¹

Em sua fê de ofício também constava que, entre 1830 e 1833, o oficial teve de se ausentar do serviço militar em três oportunidades. Nesse período, conforme o documento, primeiro o tenente ficou doente – “venério” – permanecendo fora do serviço por 19 dias, com “o regimento acampado em Taquarembó”; depois, com o “braço deslocado”, ficou fora do serviço em campanha por 11 dias; por último, com o regimento em Rio Pardo, ficou “doente a 23 de agosto com dores sífilíticas”, afastando-se de qualquer atividade militar por meses, até 29 dezembro.³²

O longo período em destacamento, somado às péssimas condições dos quartéis, o atraso e o baixo valor que recebiam de soldo, levavam os oficiais a pedirem, com certa frequência, o afastamento do serviço militar. Como justificativa, alegavam todo o tipo de enfermidade. Com isso, não estou afirmando que o tenente Osório estivesse mentindo sobre o seu estado de saúde. No entanto, quando “inspecionado por ordem do comandante de Armas”, marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, e “pela junta de saúde, foi julgado pronto”,

³⁰ KRAAY, Hendrick. 2004. Daniel Gomes de Freitas: um oficial rebelde do Exército Imperial Brasileiro. *POLITEIA*, Vitória da Conquista, v.4, p.139. ISSN 2236-8094

³¹ Arquivo Histórico do Exército (BR)– Pasta 07, cx.19. *Coleção Manoel Luís Osório*. Fê de ofício de Manoel Luís Osório.

³² Idem.

retornando ao serviço na fronteira em 21 de janeiro de 1833. Por esses e outros fatores, sua “conduta militar”,³³ à época, foi considerada irregular. Sobre isso, porém, é preciso considerar a relação conflituosa entre os dois oficiais.

Natural de Rio Pardo, Sebastião Barreto era um oficial experiente, com inserção na facção política restauradora (*caramurus*) no Rio Grande do Sul, enquanto o ainda jovem tenente engrossava a fileira liberal (foi *exaltado* e depois *moderado*) em sua província.³⁴ O marechal Barreto, que no princípio da década de 1830 era comandante de Armas do Rio Grande do Sul, foi um dos adversários do tenente Osório no Exército. O tenente Osório dizia que o perseguia motivado por intrigas pessoais e políticas. Isso não acontecia por acaso.

Essa história possui vários desdobramentos que remetem a atuação de Manoel Luís Osório na fronteira, durante o ano de 1831. Reconstituindo a sua atuação, foi possível perceber que o tenente havia comandado uma violenta ação militar, resultando na morte de várias pessoas. Como consequência, foi determinada sua prisão, durante quase todo o ano de 1832. O comandante das armas, marechal Sebastião Barreto, foi a autoridade responsável por solicitar o seu recolhimento à prisão. Daí a relação conflituosa que os dois pareciam manter. De todo modo, defendo a ideia que os conflitos pessoais assumiam grande relevância, mas, em se tratando de tramas políticas e militares, torna-se necessário avaliá-los paralelamente aos procedimentos institucionais e às decisões políticas vigentes.

Antes disso, é necessário acrescentar alguns dados, assim como recapitular outros. Manoel Luís Osório atingiu o generalato em dezembro de 1856, quando promovido ao posto de brigadeiro-graduado do Exército.³⁵ Assim como outros oficiais contemporâneos, aproveitou-se da vinculação de seu pai, oficial superior das forças militares, para encaminhar sua carreira a partir do título de cadete. Conforme destacou Adriana Barreto de Souza: “a essa geração, nascida na primeira década do século XIX, caberia consolidar os princípios que seus pais lutavam por preservar”.³⁶ Em livro resultante de sua dissertação de mestrado, a historiadora analisou o grupo formado por oficiais gerais e superiores que atingiram esse

³³ AHEx - Ofício do presidente da província (Antônio Elzeário de Miranda e Brito) ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (João Vieira de Carvalho). *Coleção Manoel Luís Osório*. Caixa 20, Pasta 1, Rio Grande, 06 de maio de 1839.

³⁴ As facções políticas no período regencial, segundo a historiografia, dividiam-se entre *caramurus*, *exaltados* e *moderados*. Para uma análise aprofundada desse contexto político e dessas facções, ver: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2005; BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, 2004.

³⁵ AHEx – Pasta 07, cx.19. Fé de ofício de Manoel Luís Osório. Em junho de 1859, por decreto do Imperador, Osório se tornou brigadeiro-efetivo do Exército.

³⁶ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.228. ISBN 978-85-200-0864-5.

nível a partir de 1839. A maior parte desse grupo de oficiais apresentava em comum características como: ter nascido no Brasil e ser filho de militar; ingressar no Exército com título de cadete; não possuir formação acadêmica (oficial tarimbeiro).³⁷

Outra característica marcante foi a participação política do oficialato na primeira metade do oitocentos. Essa participação nem sempre ocorria através da ocupação de cargos como o de presidente da província, comandante das armas, vereador, deputado, senador, ministro entre outros. A atuação de militares nos bastidores da política, indicando candidatos por meio de correspondências, por exemplo, ou mesmo exercendo pressão sobre votantes e eleitores, foi bastante destacada em pesquisas recentes.³⁸

No Brasil do início da década de 1830, porém, o modelo militar legado pela antiga metrópole gerou grande debate. A formação e manutenção de um Exército “profissional” era condenada entre os liberais *moderados*, facção política que assumiu o controle do governo regencial nessa primeira fase. Na imprensa liberal, sobretudo, a manutenção de um Exército robusto era amplamente repudiada. No *Autora Fluminense*, por exemplo, em edição publicada no dia 2 de julho de 1834, foi traçado um paralelo entre o Brasil e os países do Rio da Prata. Segundo o jornal, nos Estados platinos “a preponderância militar” havia “eternizado as guerras e levado os países a tal ponto que tudo quanto não diz respeito a força armada é tido como secundário e menos importante”. A crítica era direcionada à manutenção de um Exército regular, visto como algo “extremamente oneroso à Nação” em consequência “da imensa oficialidade com que D. Pedro nos aquinhoou”.³⁹

As animosidades eram também estimuladas pelas facções políticas.⁴⁰ Nos primeiros gabinetes *moderados* da Regência era nítida “a orientação antimilitar”. A ausência de conflitos externos serviu de pretexto para que medidas fossem tomadas para a redução do efetivo das tropas de linha, “entre as quais a suspensão do recrutamento”. Os liberais, *exaltados* e

³⁷ Essa realidade passou a sofrer mudanças a partir da lei de promoções do Exército de 1850, etapa considerada importante para o processo de profissionalização do corpo de oficiais do Exército. Além do estabelecimento de critérios para o acesso ao oficialato, a lei de promoções estabeleceu a passagem obrigatória pela Escola Militar para oficiais de algumas armas, tais como: artilharia e engenharia. Ver: SILVA, Daniela Marques da. A lei de promoções do Exército brasileiro de 1850: a profissionalização do corpo de oficiais e a escola militar. *Revista Temáticas*, Campinas, ago/dez. 2020, p.14-37. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12306/9794> Acesso em: 11 de maio de 2022.

³⁸ SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p.61-62. ISBN 85-7009-027-7

³⁹ BN – *A Aurora Fluminense: Jornal Político Literário* (RJ) – 1827-1839. N.º 917, Rio de Janeiro, 2 de julho 1834, p.1. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706795&Pesq=Ex%3%a9rcito&pagfis=4007>
Acesso em: 10 de julho de 2023.

⁴⁰ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “*A soldadesca desenfreada*”: politização militar no Grão Pará da Era da Independência (1790-1850). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, p.244.

moderados, estimulavam a oposição entre brasileiros e portugueses.⁴¹ Durante os primeiros anos do período regencial, a ideia da restauração do poder de D. Pedro I representava uma grande ameaça “às conquistas liberais” daqueles anos. Entretanto, em algumas províncias, “a aversão do povo aos militares confundia-se com a aversão aos portugueses”. A Guerra da Cisplatina, terminada ainda antes do fim do primeiro reinado, “ligada à lembrança do domínio luso e mal vista naquele momento de afirmação nacionalista”, contribuía com o aparecimento desse sentimento na sociedade rio-grandense. Por causa disso, a regência decidiu pela implementação de uma política de “suspensão de promoções dentro do Exército até o ano de 1837”.⁴²

Como destacado anteriormente, a partir de 1831, o governo adotou uma política de redução do efetivo do Exército. Em 1832, o então ministro da Guerra coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva – futuro barão de Suruí e tio do também futuro duque de Caxias – encaminhou para a Câmara de Deputados uma proposta que previa uma redução considerável dos efetivos do Exército. Entre 1831 e 1837, segundo a estimativa, o número de praças passou de 12.200 para 6.320 homens. A redução do efetivo era de fato bastante significativa, ainda que, nos anos que seguiram, devido ao contexto de revoltas e rebeliões nas províncias, o número de alistamento de combatentes e de recrutamentos voltaria a subir.⁴³

Por outro lado, o temor das autoridades, como já havia mencionado, em relação ao monopólio do uso da força pelas tropas do Exército, era de uma revolta partindo da tropa. Para compreender esse temor, é preciso saber que os postos mais baixos do Exército eram exercidos por homens livres e pobres, brancos, pretos e pardos nascidos no Brasil e “sem nenhuma qualificação profissional”.⁴⁴ Sendo assim, o que motivava o temor das autoridades regenciais era o risco de uma rebelião armada feita por essa população. Esse componente, junto a falta de promoção na carreira do exército, questões ligadas com os aspectos políticos do período regencial, a depender dos contornos políticos, poderia resultar em uma convivência conturbada nos quartéis. Isso tudo se tornava ainda mais intenso em momento de grande politização das tropas.

⁴¹ A “inclusão do Povo”, através da premissa de estabelecimento de uma “igualdade” entre “homens livres”, diferenciava liberais exaltados e moderados. Devido à sua base ser formada pela “plebe”, entre os próprios exaltados haviam discordâncias. A defesa do republicanismo e os anseios por “liberdade” produziam temor em relação ao componente “revolucionário” e/ou “anárquico” de tais manifestações. Ver: MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Squarema*. 5ª Edição, São Paulo: Hucitec, 2004, p.135-138. ISBN 8527100347

⁴² CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p.65-66.

⁴³ SCHULZ, John. 1994. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da USP, p.215. ISBN 10: 8531401887

⁴⁴ RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001, p.43.

Diante dessas condições, vale salientar que o cenário da província de São Pedro não demorou muito para se tornar incendiário. Em uma sociedade marcada pela escravidão,⁴⁵ era grande a preocupação das autoridades em relação à possibilidade de união entre escravizados e indivíduos libertos, mas sem posse, que, de forma sazonal, movimentavam-se em busca de trabalho. Na província do Rio Grande do Sul, desde a primeira metade do século, as oportunidades de serviço destinados aos homens livres e libertos também dependiam da política de relacionamentos, por exemplo, com criadores de gado e estancieiros.⁴⁶ Os “andarilhos, tropeiros, roceiros”, como forma de fugir ao recrutamento forçado do Exército regular, tinham de evitar o enquadramento social e a discriminação enquanto vagabundos, “vadios, desocupados ou ociosos”.⁴⁷ Esses indivíduos geralmente acabavam sendo recrutados às forças militares de 1ª ou 2ª linhas, na maioria das vezes, por necessidade do próprio Império em fiscalizar a fronteira e/ou cerrar fileiras em conflitos.⁴⁸

No entanto, em contexto de grande politização das tropas e da implementação da política de redução dos efetivos do Exército, tais indivíduos ofereciam grande perigo à estabilidade do Império. Geralmente eram cooptados a formar bandos armados na fronteira. Dessa maneira, a preocupação das autoridades imperiais, com a ideia de manter a ordem, assim como o medo da “anarquia” e da grande rivalidade entre “proprietários e despossuídos”, promoveu a organização da Guarda Nacional. Essa força, formada por cidadãos, não tinha o viés de “substituir o Exército, pois era uma força auxiliar, mas sim o de mobilizar os cidadãos na defesa da unidade, da ordem e da tranquilidade pública do Império. Era formada por cidadãos eleitores e, assim, participantes da vida política do Brasil”.⁴⁹ É preciso entender também que a lei de criação da Guarda Nacional tinha, como principal

⁴⁵ Para Ilmar de Mattos, os conceitos de liberdade e de propriedade balizavam a sociedade imperial. Nessa perspectiva, considerando os critérios censitários que organizavam a sociedade política, os escravizados eram tidos como “inimigos”. A hierarquia social, portanto, estaria estruturada em três níveis: cidadãos, não cidadãos e escravizados. O principal ponto convergente entre a elite dirigente imperial, assim, seria a manutenção da distinção entre esses três grupos. MATTOS, Ilmar R. 2004. *O Tempo Saquarema*. 5ª Edição, São Paulo: Hucitec, p.117-201. ISBN 8527100347.

⁴⁶ Entre as ocupações ligadas ao mundo rural, constatou-se uma “massa de trabalhadores sem especialização, que poderiam prestar serviços temporários em virtude de uma boa colheita ou da época de castrar ou marcar gado nas estâncias”. MUGGE, Miqueias Henrique. 2016. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

⁴⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marco Cezar de. (Org). 1998. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, p.57-72. ISBN 8572440887.

⁴⁸ FERTIG, André A. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)*. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2003, p.55.

⁴⁹ RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001, p.43.

intenção, esse controle sobre a ordem: organizar os cidadãos em armas para defender a “ordem interna, até porque ela só era auxiliar nas questões externas, mas principal na resolução dos problemas internos”.⁵⁰

Entender essa dinâmica de mudanças em relação às forças militares foi crucial para acompanhar a trajetória de Manoel Luís Osório. Antes de completar 30 anos, portanto, no início da carreira, não se pode dizer que foi prejudicado diretamente pela desmobilização do Exército. Embora tenha permanecido quase uma década com a mesma patente-militar, nos primeiros anos da década de 1830, como observado anteriormente, o tenente Manoel Luís Osório, assim como grande parte do efetivo de 1ª linha da província, foi constantemente posicionado em missão próxima à fronteira. Para melhor avaliar essa questão, é preciso analisar de maneira mais aproximada a situação da fronteira com o Uruguai e a atuação militar do tenente Osório.

Crime, violência e massacre em terras de fronteira

Na década de 1830, algumas das principais questões enfrentadas no Uruguai, durante a consolidação de sua independência, foi a questão fronteiriça, o "problema indígena" e o avanço dos estancieiros rio-grandenses na campanha norte do Rio Negro.⁵¹ Aquela região, abrigava grandes e pequenos proprietários de terras e de escravizados, que conviviam com uma população livre de minoria branca, em grande parte formada por pretos e pardos livres, indígenas aldeados, guaranis-missioneiros, “índios infiéis” – não reduzidos à fé católica – entre outros “grupos”.⁵²

Entre 1829 e 1831, denúncias assinalavam que na fronteira eram praticados vários tipos de crimes: roubo a propriedades, violência e até assassinato de moradores.⁵³ Através de anotações registradas por autoridades brasileiras e uruguaias, tais incursões violentas aconteciam dos dois lados da fronteira.⁵⁴ Após muitas reclamações de proprietários da região, na província de São Pedro, companhias de cavalaria das tropas de 1ª e 2ª linhas foram acionadas com o pretexto de defender as propriedades e os proprietários rio-grandenses.⁵⁵ O

⁵⁰ Idem.

⁵¹ FREGA, Ana (2007). Conflictos fronterizos en la conformación estatal, 1828-1830. In: *Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão*. Edição Especial, Brasília, Ano 6. ISBN 978-85-7631-078-5.

⁵² Idem.

⁵³ Arquivo Nacional - *Rebelião do Rio Grande do Sul 1835-1845: Processo*. Rio de Janeiro, Ed.31, v.1-3, 1935, p.180-181. Ofício enviado pelo marechal Sebastião Pereira Barreto Pinto ao ministro da Guerra, Antero José Ferreira de Brito, em 4 de setembro de 1834.

⁵⁴ Arquivo General de la Nación. *Fundo Archivos Particulares*. Bernabé Magariños. “Notícias históricas, Diário de Campanha”, de 9 de julho a 3 de novembro de 1830. Cx.111, pasta 9.

⁵⁵ FREGA, Ana (2007). Conflictos fronterizos en la conformación estatal, 1828-1830. In: *Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão*. Edição Especial, Brasília, Ano 6, p.50-52. ISBN 978-85-7631-078-5.

tenente Manoel Luís Osório esteve entre os oficiais destacados para coibir a violência contra os fazendeiros brasileiros que ali residiam.

Para agir contra mais essa turbulência social, após anos de conflitos, era preciso que a região estivesse assistida por um número maior de tropas. Autoridades civis (juízes de paz e delegados) e militares (comandantes de fronteira) questionavam a falta de contingente militar, “acusavam-se mutuamente pela incapacidade de bem guarnecer a região contra ataques de bandidos, de grupos armados vindos do outro lado do limite nacional ou então de grupos indígenas”.⁵⁶

As disputas entre autoridades ocorriam com frequência naquele período, também motivadas por mudanças institucionais. A partir de 1831, em locais que o juiz de paz e os comandantes das Milícias ou de Fronteira pertenciam a facções contrárias, as autoridades enfrentavam grandes problemas para a organização da Guarda Nacional. Esse foi o caso de Alegrete, localidade próxima à fronteira, que entre disputas locais, somente conseguiu organizar essas forças entre o final de 1834 e 1835, pelo temor de uma invasão de tropas uruguaias.⁵⁷ Antes disso, porém, as reclamações a respeito de “roubos e assassinatos perpetrados na fronteira” se intensificaram, fazendo com que o presidente da província, em 1831, Manoel Antônio Galvão, assinalasse em seu relatório provincial a “dificuldade de guardar uma fronteira tão longa”, com uma “força de 1ª linha reduzida a 662 praças”. Além disso, o presidente ainda apontava que os crimes praticados na região eram cometidos por “índios da união”.⁵⁸

O presidente Galvão referia-se à colônia Bela-União, uma comunidade de indígenas aliados do território das Missões, formada nos limites da fronteira da vila de Quaraí. Nas Missões, a noroeste da província, existiam cerca de seis a oito mil indígenas, agrupados naquilo que se convencionou chamar de Sete Povos Missioneiros. Mas como os indígenas foram parar na fronteira Brasil-Uruguaí? Essa migração ocorreu de forma espontânea?

Logo após o término da Guerra Cisplatina, em 1828, quando os territórios das Missões foram restituídos aos domínios do Império do Brasil, ocorreu a migração dos indígenas para o limite entre os dois países. A migração não foi espontânea e pode ser entendida como uma

⁵⁶ FARINATTI, Luís Augusto; RIBEIRO, José Iran. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). Miquéias MUGGE; Adriano Comissoli (Orgs.). *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. 2ª Edição, São Leopoldo: Oikos, 2013, p.98-99.

⁵⁷ RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001.

⁵⁸ Biblioteca NACIONAL (BN) – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1831, p.7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq=&pagfis=16> Acesso em 21 de julho de 2024.

consequência da guerra. O presidente uruguaio Fructuoso Rivera, ao se retirar para o Estado Oriental, conduziu uma parte dos indígenas missioneiros até a região noroeste de seu país.⁵⁹

Os guaranis-missioneiros eram indígenas aldeados que, desde a chegada dos missionários jesuítas no século XVII, construíram uma sociedade complexa na região noroeste do Rio Grande do Sul. A criação dessa colônia na fronteira entre os dois países era entendida por Rivera como uma alternativa de proteger a região em caso de conflito com o Brasil. Ou ainda, aproveitando da aliança com os indígenas, servir de núcleo militar para contrapor a oposição que sofria em território uruguaio, encabeçada especialmente por Juan Antonio Lavalleja e depois por Manuel Oribe. No limite entre os dois países, fundou-se uma povoação que foi então denominada Bela União (Bella Unión). Isso tudo havia sido acordado entre o presidente Rivera e autoridades militares brasileiras. Era de lá que o então presidente uruguaio esperava extrair homens para a defesa da integridade do Estado Oriental, formando grupos de “colonos-soldados” como base estrutural de defesa dos limites fronteiriços.

A região já era habitada por outros povos indígenas. Em algumas localidades, como Paysandu e Salto, estima-se que, entre 1805-1850, mais de 70% da população era formada por indígenas.⁶⁰ Em passagem pela vila de Bela União, o viajante francês Jean Isidore Auboin relatou que, esfomeados, no mais horroroso estado de miséria, os indígenas, na medida do possível, sobreviviam de saques aos proprietários locais. Para Eduardo Palermo, as ações bélicas de 1831, também conhecidas como “limpeza dos campos”, eram incentivadas pelos proprietários de terra, contra os aldeamentos “*indígenas, gauchos e guaraníes misioneros de Bella Unión*”. Rebelados devido a fome, entraram em conflito contra os fazendeiros da região, permitindo que eles, melhores armados, repartissem suas terras, transformando-se na maioria da população local.⁶¹

Entre as autoridades brasileiras e os proprietários sul-rio-grandenses, o principal ponto de convergência era assegurar que o controle da região não fosse perdido. Naqueles anos que se seguiram, ao menos oficialmente, o Império do Brasil procurou manter uma estratégia política de “neutralidade” no Rio da Prata. Essa estratégia era criticada por grande parte dos estancieiros sul-rio-grandenses que, enquanto isso, após vários anos de guerra na região, na qual se envolveram de diferentes formas, pretendiam a posse sobre as terras que ficavam ao

⁵⁹ RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p.56-57.

⁶⁰ BARRETO, Isabel; AZPIROZ, Andrés. 2021. Familia y movilidad social en la frontera al norte del río Negro (Uruguay) durante la primera mitad del siglo XIX. *Historelo: Revista de Historia Regional y Local*, v.13, n.28, p.258. ISSN: 2145-132X / <https://doi.org/10.15446/historelo.v13n28.92358>

⁶¹ PALERMO, Eduardo R. Censo de propiedades sulriograndenses en la frontera con el Estado Oriental en 1850. Uruguai, *Estudios Históricos – CDHRPyB – Año VII – Dicimbre 2015 – N° 15*, p.2. ISSN: 1688 – 5317

sul do Rio Grande do Sul e ao norte do Uruguai, prometendo tomar para si todos os animais que existiam na região.

Nesse contexto, a tensão crescia naquele território de fronteira. As reclamações aumentavam em relação aos indígenas que, sem assistência alguma na região, longe de suas terras nas Missões, passavam as maiores dificuldades de subsistência. É possível que essa situação lhes obrigasse a realizar incursões às estâncias rio-grandenses, de onde extraíam recursos naturais de matas da região, contíguas às fazendas. Entretanto, vale destacar que os indígenas não atuavam como “bandos armados”.⁶² Os proprietários que residiam nas vilas de Quaraí e de Alegrete, diretamente interessados no controle da região, apontavam os indígenas como os principais suspeitos dos crimes cometidos na fronteira.⁶³

Diante desse cenário, utilizando-se do pretexto da autodefesa, as autoridades militares decidiram intensificar as patrulhas na região da fronteira. Em 13 de dezembro de 1831, destacado em Quaraí, o tenente Manoel Luís Osório recebeu denúncias de roubos e de violências aos moradores das vilas de Alegrete e Quaraí, supostamente cometidas pelos “facinorosos” de Bela União.⁶⁴ Até aqui, não dá para afirmar o que o tenente Osório pensava a respeito dessa temática.

Sendo assim, recebendo ordens para reprimir os crimes na região, o tenente Osório reuniu sob seu comando cerca de 20 homens para uma ação militar que deveria descobrir o paradeiro dos “criminosos”. O objetivo era seguir marcha até a margem direita do Rio Quaraí, onde acreditava ser o “esconderijo” do grupo na fronteira. Na margem esquerda daquele rio, já em território do Estado Oriental, ficava a colônia de Bela União. Ao transpor o rio, a tropa sob comando do tenente Osório empreendeu uma ação rápida e violenta, que resultou no assassinato de pessoas daquela comunidade. O ataque foi fulminante, um massacre, segundo os relatos: “sem perdoar as mulheres”. A patrulha entrou em “território oriental atacando uma partida de missioneiros que se encontravam em Catalan, degolando os seus integrantes”.⁶⁵

⁶² RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p.56-57.

⁶³ AHRN – Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566. Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Antônio Luiz de Souza Cambráia (juiz de paz de Alegrete), 23 de dezembro de 1831.

⁶⁴ Biblioteca Nacional –RJ – *Jornal do Comercio (RJ)* – 1830-1839 – N.º 60, de 7 de março de 1833, p.2. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&Pesq=%22bella%20Uni%c3%a3o%22&pagfis=3886 Acesso em 23 de julho de 2024.

⁶⁵ FAVRE, Oscar Padrón. 1996. *Ocaso de un Pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay*. Editorial Fin de Siglo, p. 181. ISBN 9974-49-070-7.

Conforme as informações passadas às autoridades da província, a ação terminou com o assassinato do “Francês Rozas”, de quem não encontrei informação, “mais oito peões, roubando-lhe depois Chinás, cavalos e tudo quanto pode haver”. Não foi registrado o número total de mortos na missão comandada pelo tenente Osório.⁶⁶

A ação militar, considerada exitosa para os proprietários da região, para alguns de seus superiores do Exército, porém, foi tratada como um total fracasso. Não foi possível identificar quem foi o mandante daquela operação militar. Aquele era um contexto de redefinição das autoridades locais, em decorrência das reformas regenciais, haja vista a criação da Guarda Nacional, o processo de desmobilização das forças de 1ª linha e a extinção das tropas de Milícias.

Esse episódio na fronteira transformou-se em uma grande trama política, envolvendo autoridades civis e militares. Através dos desdobramentos dessa ação sobre os indígenas, é possível entender mais sobre a disputa entre facções políticas e também alguns aspectos importantes da trajetória de Manoel Luís Osório naquela fronteira.

Nos campos próximos ao Rio Arapehy

Ações militares contra a populações indígenas aconteceram de forma sistemática nas fronteiras do Império. O território entre o Quaraí e o Arapehy, assim como o norte do Uruguai, muito interessava aos proprietários rio-grandenses. No entanto, a ação comandada por Manoel Luís Osório ocorreu também em momento-chave das disputas políticas locais. “As facções, de alcance local e regional, organizavam-se para colocar os seus membros tanto no juizado de paz (como juízes ou delegados) como nos altos postos da Guarda Nacional ou nas comandâncias militares”. Era um momento de redefinição dos poderes locais.

A partir da criação da Guarda Nacional, vale lembrar que “as autoridades militares perderiam poder em relação às civis”. O mais interessante para as facções seria garantir o controle total dos cargos dessas instituições.⁶⁷ Em 1831, porém, esse não parecia ser o caso da Vila de Alegrete. A organização da Guarda Nacional ainda não havia começado, e o comandante da fronteira, José Antônio Martins, e o juiz de paz, Antônio Luiz de Souza Cambraia, pertenciam a facções contrárias. Estancieiro, detentor de uma das maiores fortunas de Alegrete, o tenente-coronel José Antônio Martins atuava nas Milícias e depois fez parte da

⁶⁶ AHRS – Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566. Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Tristão da Cunha e Souza (Juiz de Paz de Cachoeira), Porto Alegre, 23 de dezembro de 1831.

⁶⁷ FARINATTI, Luís Augusto; RIBEIRO, José Iran. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). Miquéias MUGGE; Adriano Comissoli (Orgs.). *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. 2ª Edição, São Leopoldo: Oikos, 2013, p.104).

Guarda Nacional. Naquela vila, ele era um dos chefes da facção política que fazia oposição ao não menos “afortunado” coronel Bento Manoel Ribeiro. O juiz de paz era aliado deste último, o coronel Bento Manoel Ribeiro, que já havia comandado a fronteira antes do tenente-coronel José Antônio Martins e o sucederia nessa função. Também grande estancieiro, o coronel Bento Manoel tinha uma boa relação com o pai de Manoel Luís Osório. O tenente o teria conhecido durante a Guerra da Cisplatina, quando, ainda alferes, serviu sob suas ordens.

No entanto, segundo o presidente da província, Manoel Antônio Galvão, com base em informações passadas por uma “pessoa mui fidedigna”, na noite do dia 12 de dezembro, antes de realizar a missão, o tenente Manoel Luís Osório esteve “na casa do comandante da fronteira, o tenente-coronel José Antônio Martins”.⁶⁸ Essa denúncia não provava a participação do tenente-coronel no resultado daquela ação militar, nem tampouco comprovava ser ele o mandante. Ao juiz de paz de Cachoeira, Tristão da Cunha e Souza, que parecia fazer oposição ao coronel Bento Manoel Ribeiro, o presidente dizia acreditar na inocência do tenente-coronel Martins, mas nada mencionava a respeito do tenente Osório. Não se sabe ao certo o que o tenente foi fazer na casa de José Antônio Martins (comandante da fronteira). O certo é que essa visita ocorreu na noite anterior a uma ação bélica que acabou se transformando em um massacre na fronteira.

As informações circulavam na “fronteira vizinha”, aflorando os ânimos das milícias “guarani-missioneiras”, como eram conhecidas as companhias formadas por esses grupos indígenas. Através de seus comandantes, Gaspar Tacuabé e Agustín Cumandiyú, que, na documentação do presidente da província, eram designados respectivamente como “tenente-coronel” e “coronel”, essas lideranças reuniram “perto de duzentos homens para atacar o tenente-coronel José Antônio Martins”.⁶⁹ Além disso, circulavam informações de que o presidente uruguaio Fructuoso Rivera reunia mais de mil homens próximo à fronteira. Os moradores, que “ignoravam suas intenções”, temiam um ataque surpresa em represália ao massacre ocorrido em Bella-União.

Ainda em 1831, após firmar acordo de reciprocidade com os fazendeiros brasileiros, Rivera organizou uma ação de extermínio contra as *"tolderias que habitaban al norte do rio Negro"*. Esse episódio foi denominado *“Massacre de Salsipuedes”*, onde ocorreu grande

⁶⁸ AHRS – Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566. Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Tristão da Cunha e Souza (Juiz de Paz de Cachoeira), Porto Alegre, 23 de dezembro de 1831. AHRS – Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566.

⁶⁹ FAVRE, Oscar Padrón. 1996. *Ocaso de un Pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay*. Editorial Fin de Siglo. ISBN 9974-49-070-7.

mortandade. A ação do tenente Osório na fronteira pode ser entendida pela análise da dinâmica de relacionamentos, reciprocidades e favorecimentos que conformavam a região. Em maio de 1832, os indígenas iniciaram uma sublevação contra a autoridade de Fructuoso Rivera, tomando-lhe cavalladas e armamentos.⁷⁰ O ano de 1832 parecia ser bastante complexo. Além dos problemas na Colônia de Bela União, em junho os indígenas Charruas mataram o irmão de Fructuoso, Bernabé Rivera, comandante general da Colônia de Quaraí, no potreiro de *Yacaré-Cururú* (Dep. De Artigas). No mês de julho, Juan Antônio Lavalleja se voltou contra o governo de Rivera, razão pela qual circularam versões a respeito de alianças entre Lavalleja e alguns caciques indígenas.⁷¹

Nessa conjuntura, as forças guaranis estavam postadas em Belén e em áreas próximas, nas cercanias do rio Arapehy. As autoridades brasileiras, temerosas com os rumos daquela região, concluíram que seria preciso aumentar a vigilância na fronteira.⁷²

Com a tensão instalada entre a população, que poderia gerar alguma alteração na “harmonia que reinava entre o Governo de Sua Majestade o Imperador e o da República do Uruguai”, o presidente da província teve de tomar medidas para a proteção daquela região. Ao juiz de paz de Alegrete, o presidente Galvão reclamava “da pouca força armada” existente na província e dos conflitos entre as autoridades locais, que adiavam “a execução das leis e ordens”,⁷³ fazendo referência à falta de organização da Guarda Nacional e também da Guarda Municipal.⁷⁴

Diante disso, o presidente determinou que, “em caso de urgência”, fosse acionada imediatamente a força do 23º Regimento de Cavalaria de 2ª linha (Milícia),⁷⁵ através de seu comandante, o major Ricardo Alves de Macedo. Esse major era apontado pelo juiz de paz Antônio Luiz de Souza Cambraia como um dos responsáveis pelos empecilhos criados na organização das guardas em Alegrete, assim como os comandantes da Milícia e da Fronteira,

⁷⁰ APERS. Justiça, caixa 1, maço 2, Juízo de Paz, Alegrete. Antônio Joaquim Ramallo a Bento Manoel Ribeiro, comandante de fronteira, Alegrete, 24 de maio de 1832.

⁷¹ FREGA, Ana. 2002. Caudillos y montoneras en la revolución radical artiguista. *Andes*, n. 13, Salta. ISSN: 0327-1676; DELGADO, M. 2017. Salsipuedes: el genocidio constituyente. Zur.

⁷² APERS. Justiça, caixa 1, maço 2, Juízo de Paz, Alegrete. José Ignácio dos Santos Menezes a Manuel Antônio Galvão, Pres. da Prov. Alegrete, 29 de maio de 1832.

⁷³ Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Tristão da Cunha e Souza (Juiz de Paz de Cachoeira), Porto Alegre, 23 de dezembro de 1831. AHRS – Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566.

⁷⁴ CLI – Lei de 10 de outubro de 1831. “Autoriza a criação de corpos de guardas municipais voluntários nesta cidade (Rio de Janeiro) e províncias”. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37586-10-outubro-1831-564553-publicacaooriginal-88479-pl.html#:~:text=Dados%20da%20Norma-.LEI%20DE%2010%20DE%20OUTUBRO%20DE%201831,do%20Imperador%20o%20Senhor%20D

⁷⁵ Existiam 7 unidades de Milícias de cavalaria no Rio Grande do Sul, antes da extinção dessas forças. Em Porto Alegre o 20º Regimento, Em Rio Grande o 21º Regimento, em Rio Pardo o 22º Regimento, em Alegrete o 23º Regimento e o 24º e o 25º com sede em São Borja.

respectivamente, Bento Manoel Ribeiro e José Antônio Martins. É possível que tudo isso fizesse parte do jogo de intrigas entre as facções políticas locais, que se valiam da instabilidade da fronteira para negociar seus interesses. Cada movimento, por menor que fosse, poderia gerar uma série de consequências nas dinâmicas políticas de instituições ainda em formação.⁷⁶

Em parte, o problema residia na exclusão das Milícias como força de segunda linha. Os comandantes milicianos sentiam-se desfavorecidos com a medida, pois perdiam o poder de formar tropas, angariar recursos para armar e equipar homens para a guerra, mecanismos que retroalimentavam o prestígio social desses comandantes. A escolha dos oficiais da Guarda Nacional deveria ser feita por meio de eleição, sendo o processo submetido a uma autoridade civil: os juízes de paz. Isso não quer dizer que os comandantes milicianos aceitaram sem reação essa nova configuração política. Para se ter uma ideia, em Alegrete a Guarda Nacional somente foi organizada entre 1834-1835. A organização da Guarda Nacional não ocorreu de forma uniforme no território brasileiro. Ela também demorou a se concretizar no Espírito Santo, por exemplo, que só conseguiu reunir a guarda durante o ano de 1838.⁷⁷

De todo modo, o presidente Galvão, diante do cenário político apresentado, resolveu também que era preciso investigar a ação comandada pelo tenente Osório, para que as autoridades tivessem “conhecimento das providências tomadas pelo Governo” e para que o ocorrido não passasse impune aos habitantes da fronteira. O comandante de armas da província assinalava que, para isso, seria “indispensável proceder à devassa”, indicando que um juiz fosse às “imediações a fim de devassar sobre feito tão escandaloso”.⁷⁸ Importante lembrar que esse comandante era ninguém menos do que o marechal Sebastião Barreto, desafeto pessoal do jovem Osório. É possível que ele tenha sido autor de alguma das denúncias que chegaram até o presidente da província. O fato é que o marechal procurou dar sequência à investigação, mas enfrentou alguns entraves.

A presidência da província do Rio Grande do Sul, após receber uma série de reclamações de autoridades do governo do Estado Oriental, assim como autoridades militares da província, determinou que o tenente Manoel Luís Osório, comandante da tropa que invadiu

⁷⁶ FARINATTI, Luís Augusto; RIBEIRO, José Iran. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). Miquéias MUGGE; Adriano Comissoli (Orgs.). 2013. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. 2ª Edição, São Leopoldo: Oikos, p.104.

⁷⁷ OLIVEIRA, Kamyla N. de Deus. *Estratos de senhores: aspectos políticos da Guarda Nacional na província do Espírito Santo (1831-1873)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

⁷⁸ Ofício enviado pelo marechal Sebastião Pereira Barreto ao ministro da Guerra, Antero José Ferreira de Brito, em 5 de setembro de 1834. Apud. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.269.

o território vizinho, fosse investigado. O caso foi designado ao juizado ordinário da vila de Cachoeira, que justificava a paralização “dos processos de alguns presos” ao presidente da província, segundo suas próprias palavras: “por falta das testemunhas que devem depor[...], as quais lhe não têm sido enviadas pelos respectivos juizes de paz, apesar das suas requisições.”⁷⁹

O episódio gerou a prisão de Manoel Luís Osório por quase todo o ano de 1832, entre 8 de janeiro e 11 de dezembro. O caso, porém, nunca chegou a ser julgado, nem na esfera militar, tampouco na esfera civil. Como um oficial do Exército, conforme chamou atenção o comandante das armas da província, o tenente Osório teria de ser investigado pela Justiça Militar, o que acabou não acontecendo. Algum tempo depois, em ofício sobre o caso, o comandante das armas reclamava que as determinações, antes passadas pelo presidente da província, não foram cumpridas e que a prisão do tenente Osório teve, então, de ser relaxada”.⁸⁰

Segundo o comandante das armas, os juizes ignoravam os mandados relacionados ao caso. É possível que, por se tratar do envolvimento de militares, as testemunhas não se sentissem seguras para prestar depoimento, assim como os próprios juizes de paz. De acordo com o marechal Sebastião Barreto, a lentidão e/ou a negligência das autoridades locais na investigação parecia ter sido articulada para proteger o jovem Osório. Ele atribuía essa “proteção” ao coronel Bento Manoel Ribeiro, com quem também parecia ter um relacionamento conturbado.

Após sair da prisão – devido à falta de juiz para investigar e julgar o caso – Manoel Luís Osório apresentou-se ao quartel, na vila de Rio Pardo. Em janeiro de 1833, possivelmente preocupado com o andamento de seu processo, requereu os papéis de sua fê de ofício ao capitão imediato do 5º Regimento de Cavalaria, o português Francisco Fernandes Anjo. No documento, deveria constar, além de uma série de informações sobre o oficial, o registro de sua prisão e os motivos pelos quais foi denunciado. Em 30 de janeiro de 1833, quando o documento foi expedido, o tenente Manoel Luís Osório pôde conferir o registro do

⁷⁹ AHRs – Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566. Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Antônio Luiz de Souza Cambráia (juiz de paz de Alegrete), 23 de dezembro de 1831.

⁸⁰ Ofício enviado pelo marechal Sebastião Pereira Barreto ao ministro da Guerra, Antero José Ferreira de Brito, em 5 de setembro de 1834. Apud. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.269.

tempo que permaneceu em custódia – quase um ano de prisão –, mas, em relação aos motivos, constava apenas ter sido preso “por fatos criminosos não comunicados ao corpo”.⁸¹

Esta repentina reviravolta da sorte poderia indicar que a ação comandada por Osório na fronteira havia sido favorável aos fazendeiros brasileiros. Além disso, como chamou atenção Hendrik Kraay (2004), mesmo que tenha passado pela prisão, entre os oficiais do Exército havia uma “lealdade corporativa. Nenhum oficial se sentia à vontade para estabelecer um precedente de expulsão de camaradas, já que, em circunstâncias políticas diferentes, tal precedente poderia se voltar contra ele”.⁸² Se a expulsão de Osório do Exército foi de fato cogitada, não se sabe, o que se pode afirmar é que o episódio gerou a ele dificuldades para ocupar um cargo de maior responsabilidade na hierarquia militar, ao menos naquela conjuntura. Após ser libertado da prisão, é possível que o caso do tenente Osório refletisse também:

uma outra característica da vida dos oficiais durante os anos 30 do século XIX. Com a redução dos efetivos do Exército, iniciada no começo da década, havia um excesso de oficiais; estes homens recebiam soldo e tinham pouco o que fazer, mas não percebiam as gratificações pagas aos oficiais que serviam nos batalhões. Além do mais, por causa do excesso de oficiais e dos apertos orçamentários, o governo decidiu suspender as promoções. Em consequência, os oficiais queixavam-se severamente deste encolhimento do Exército e passaram a nutrir profundos ressentimentos contra o governo regencial.⁸³

A insatisfação dos oficiais era acrescida pela contrariedade que expressavam em relação a criação da Guarda Nacional, pois perdiam espaço que tinham até então de desenvolver suas carreiras nas milícias, forças de 2ª linha, que antes atuavam sob o controle do Exército. O componente civil da Guarda Nacional eliminava essa possibilidade, acrescentando ainda mais a agitação dos oficiais. Todas essas reclamações podem ter influenciado também no estopim da Revolta Farroupilha, em setembro de 1835. Apesar de existir poucos registros em relação à participação de Osório entre os revoltosos, é possível inferir que a sua participação nas atividades preparatórias do movimento estava relacionada à sua insatisfação com o sistema de regulações de promoções e de provimento de patentes-militares, além de outras “bandeiras” defendidas pelos rebeldes.⁸⁴

⁸¹ AHEX – Pasta 07, cx.19. Fé de ofício de Manoel Luís Osório.

⁸² KRAAY, Hendrick. 2004. Daniel Gomes de Freitas: um oficial rebelde do Exército Imperial Brasileiro. *POLITEIA*, Vitória da Conquista, v.4. ISSN 2236-8094

⁸³ Idem.

⁸⁴ GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. *Guerra, política e relações de poder: a trajetória de Manoel Luís Osório*. Tese (Doutorado em História), PPHR-UFRRJ, Seropédica, 2024.

Em razão disso, nas décadas seguintes, em defesa de seus interesses, os oficiais avançariam na organização política e na expressão de suas ideias. A título de exemplo, é possível mencionar a criação do jornal *O Militar* (1854-1855).⁸⁵

Como dito anteriormente, os proprietários rio-grandenses que haviam denunciado os roubos e assassinatos na fronteira, supostamente praticados por bandos armados da colônia de Bela União, possivelmente não viram problemas na ação comandada pelo tenente Osório. Tanto que, no ano seguinte, em 1832, tais proprietários solicitaram à presidência da província de São Pedro um acordo junto ao presidente Frutuoso Rivera para a retirada dos indígenas daquela região.

Como assinalado no subtítulo anterior, o presidente do Rio Grande do Sul – Manuel Galvão – foi um dos primeiros a atribuir os “crimes de fronteira” aos indígenas. Ele chegou até a enviar um emissário a Montevideú para iniciar uma negociação com o presidente do Uruguai. Ao receber a proposta, em um primeiro momento, Rivera mostrou-se reticente em relação à remoção da povoação de Bela União. Todavia, não demorou a fazer o acordo com os proprietários rio-grandenses, removendo a povoação daquele território. Com isso, a região onde eles haviam se estabelecido, começou a ser concedida pelo governo do Uruguai, em grande parte, à elite da província de São Pedro.

Portanto, na prática, o que ocorreu na fronteira foi uma verdadeira “limpeza dos campos”. As concessões de terras estavam vinculadas a diferentes tipos de exigências e compensações de oficiais militares rio-grandenses ao presidente da República do Estado Oriental do Uruguai. O relacionamento que ambas as partes mantiveram naquela fronteira tinha, em contrapartida, “a possibilidade de conceder terras”, como forma de “construção de cabedal político e social”.⁸⁶

As terras ao sul do rio Arapehy foram muito cobiçadas pelas elites rio-grandenses, devido ao pasto de boa qualidade que atraíam a atenção de grandes criadores de gado.⁸⁷ A facção liderada por D. Frutuoso Rivera acabou beneficiando autoridades rio-grandenses com a distribuição de terras ao norte do Uruguai. Segundo o censo realizado em 1850, “na região entre os rios Arapehy e Quaraí, todas as propriedades pertenciam a brasileiros”.

⁸⁵ Ver: BN – *O Militar* (1854-1855) – RJ. Quinta-feira, 22 de março de 1855, N° 16, Ano 1. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=758280&Pesq=Os%c3%b3rio&pagfis=119> Acesso em 20 de julho de 2024.

⁸⁶ MENEGAT, Carla. “Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: a atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865). Tese de Doutorado: Porto Alegre, PPGH-UFRGS, 2015, p.34.

⁸⁷ Idem.

O fato mais interessante dessa história – curiosamente “esquecido” pelos biógrafos de Manoel Luís Osório – é que entre os beneficiados pela concessão dos “campos” próximos aos rios Arapehy e Quaraí estava exatamente o tenente Manoel Luís Osório. Nos campos do Arapehy, que mais tarde seriam chamados de Estância do Cruzeiro, o tenente Osório estabeleceu uma sociedade com seu pai, o tenente-coronel Manoel Luiz. Os dois solicitaram a concessão dessas terras, que diziam ficar “em uma parte deserta do território da República Oriental do Uruguai”, sendo a concessão assinada pelo próprio presidente D. Frutuoso Rivera, em acampamento militar na “costa do rio Quaraí”, em 14 de junho de 1834.

Conforme o documento, as terras foram passadas a “D. Manuel Luiz e a seu filho D. Manoel Luís Osório”.⁸⁸ As terras ficavam compreendidas “entre os limites que se demarca pelo sul do Arapeí, pelo norte a coxilha de Belém e pelo oeste o Sarandi e pelo leste a última vertente que existe na barra do Arapeí”. As terras ficavam em região muito aproximada da área onde antes ficava a Colônia de Bela União. Anos depois, essa propriedade se tornou o principal ativo financeiro de Manoel Luís Osório.

Considerações finais

Em um contexto de muitas guerras e de consolidação do Estado imperial brasileiro, procurei analisar a atuação do tenente Manoel Luís Osório na fronteira do Brasil com o Uruguai. Através de um conjunto variado de fontes históricas, visei enfocar as hierarquias sociais existentes nessa região fronteira, ou seja, entender as dinâmicas do cotidiano de interações entre as camadas mais privilegiadas e os grupos socialmente mais vulneráveis.

Indivíduos como Manoel Luís Osório construíram suas carreiras a partir da prestação de serviços ao Império do Brasil, atuando em diferentes frentes administrativas e exploratórias, que tiveram papel importante para a defesa e para a expansão das fronteiras nacionais. Ainda que nos campos de batalha os seus serviços fossem quase sempre muito elogiados pelos comandantes militares, pois, desde as suas primeiras experiências, demonstrou ser um homem de ação, as transformações políticas e as mudanças constantes de presidentes da província e de comandantes militares não foram, por assim dizer, favoráveis à sua carreira. Nesse ponto sua história pessoal carrega uma pequena dose de sorte, principalmente por ter enfrentado quase todas as batalhas da primeira metade do século XIX

⁸⁸ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). *Arquivo General Osório*. Série Documentos Pessoais. Concessão de Arrendamento Rural pelo presidente da República Oriental do Uruguai Frutuoso Rivera a Manoel Luiz da Silva Borges e Manoel Luís Osório. Quaraí, 14 de junho de 1834. Notação final: DL224.052.

sem grandes ferimentos, mas também de uma doze de azar, por não conseguir ascender rapidamente na hierarquia do Exército, apesar de suas ações nos campos de batalha.⁸⁹

Ainda assim, sua vivência na fronteira, local que permaneceu por diversos anos, foi imprescindível para que se tornasse, anos depois, um “senhor da guerra”. Isso não significa que ele agisse de maneira autônoma e/ou sem seguir ordens. Ao contrário, esteve sempre ligado a algum cargo militar e, circulando por esse ambiente, entendendo a forma de viver das pessoas locais e estabelecendo laços de reciprocidade com indivíduos de ambos os “lados” da fronteira e com diferentes *status* sociais, conseguiu se tornar peça importante para o governo imperial.

Para essa ascensão ocorrer, também foi imprescindível uma certa dose de sorte, como no principal caso observado ao longo deste artigo – o massacre de indígenas que comandou na fronteira –, mas também uma grandiosa capacidade de negociação política com as autoridades locais e centrais. Acredito que esse capital político começou a ser construído por Manoel Luís Osório a partir dessa operação militar na fronteira, o que rendeu a ele uma recompensa não apenas simbólica, o acesso às terras ao norte do território do Uruguai. Essa condição certamente impactou em sua trajetória, aproximando-o de mais uma importante rede de reciprocidade. Sendo assim, acumulando as funções de militar e de proprietário, exerceu papel de mediador entre as demandas do Império do Brasil e as autoridades constituídas no mundo fronteiriço.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Isabel; AZPIROZ, Andrés. 2021. Familia y movilidad social en la frontera al norte del río Negro (Uruguay) durante la primera mitad del siglo XIX. *Historelo: Revista de Historia Regional y Local*, v.13, n.28. ISSN: 2145-132X / <https://doi.org/10.15446/historelo.v13n28.92358>

BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, 2004.

CASTRO, Jeanne Berrance de. 1977. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional.

DELGADO, M. 2017. *Salsipuedes: el genocidio constituyente*. Zur.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marco Cezar de. (Org). 1998. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, p.57-72. ISBN 8572440887.

⁸⁹ Idem.

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

FARINATTI, Luís Augusto; MATHEUS, Marcelo Santos. 2017. A história de João Potro: Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). *Vária História*, Belo Horizonte, vol.33. n.63. <https://doi.org/10.1590/0104-87752017000300007>

FAVRE, Oscar Padrón. 1996. *Ocaso de un Pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay*. Editorial Fin de Siglo, p. 181. ISBN 9974-49-070-7.

FERTIG, André A. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)*. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2003.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – (1851-1864)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FREGA, Ana (2007). Conflictos fronterizos en la conformación estatal, 1828-1830. In: *Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão*. Edição Especial, Brasília, Ano 6. ISBN 978-85-7631-078-5.

FREGA, Ana. 2002. Caudillos y montoneras en la revolución radical artiguista. *Andes*, n. 13, Salta, 2002. ISSN: 0327-1676.

GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. *Guerra, política e relações de poder: a trajetória de Manoel Luís Osório*. Tese (Doutorado em História), PPHR-UFRRJ, Seropédica, 2024.

GUAZZELLI, Cesar Augusto. *O horizonte da província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado, UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 1998.

ISABELLE, Arsène 1983. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor.

KRAAY, Hendrick. 2004. Daniel Gomes de Freitas: um oficial rebelde do Exército Imperial Brasileiro. *POLITEIA*, Vitória da Conquista, v.4. ISSN 2236-8094.

KUHN, Fábio. 2010. Um corpo, ainda que particular”: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unisinos*, v.14, N° 2, p.126. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/165022/000774323.pdf>

LEVI, Giovanni. 2000. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. ISBN: 85-200-0497-0.

MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. 5ª Edição, São Paulo: Hucitec, 2004, p.135-138. ISBN 8527100347.

MENEGAT, Carla. “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”: a atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865). Tese de Doutorado: Porto Alegre, PPGH-UFRGS, 2015.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2006. ISBN 8527106647
MUGGE, Miqueias Henrique. 2016. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

MUGGE, Miquéias; COMISSOLI, Adriana. (Orgs.). 2013. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. 2ª Edição, São Leopoldo: Oikos. ISBN 978-85-7843-326-0.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “*A soldadesca desenfreada*”: politização militar no Grão Pará da Era da Independência (1790-1850). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

OLIVEIRA, Kamyla N. de Deus. *Estratos de senhores: aspectos políticos da Guarda Nacional na província do Espírito Santo (1831-1873)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

OSÓRIO, Fernando Luís 1894. História do General Osório. Rio de Janeiro: *Tipografia de G. Leuzinger & Filhos*, 1º volume.

PALERMO, Eduardo R. 2015. Censo de propiedades sulriograndenses en la frontera con el Estado Oriental en 1850. Uruguay, *Estudios Históricos – CDHRPyB – Año VII – Diciembre 2015 – N° 15*, p.2. ISSN: 1688 – 5317.

PETIZ, S. S. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SCHULZ, John. 1994. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da USP. ISBN 10: 8531401887.

SILVA, Daniela Marques da. 2020. A lei de promoções do Exército brasileiro de 1850: a profissionalização do corpo de oficiais e a escola militar. *Revista Temáticas*, Campinas, ago/dez. p.14-37. ISSN 2595-315X. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12306/9794>

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. ISBN 978-85-200-0864-5.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. ISBN 85-7009-027-7.

TURNER, Frederick Jackson. 1956. The significance of the frontier in American history. In: TAYLOR, George Rogers (ed.) *The turner thesis concerning the role of the frontier in American History*. Boston, D. C. Heath and Company.

VARGAS, Jonas Moreira 2013. *Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: PPGH-UFRJ, 2013.

VARGAS, Jonas M. 2021. “Nos caminhos de São Gregório”: As hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai e o comando regional do Brigadeiro David Canabarro (c. 1831-1865). *Almanack*, [S.L.], n.27. <https://doi.org/10.1590/2236-463327ed00721>

YOUNGER, Joseph. 2008. “Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata.” *Revista Aedos*, v. 1, nº1.

Fontes

Arquivo General de la Nación. *Fundo Archivos Particulares*. Bernabé Magariños. “Notícias históricas, Diário de Campanha”, de 9 de julho a 3 de novembro de 1830. Cx.111, pasta 9.

Arquivo Histórico do Exército (BR)- Pasta 1, cx.20. *C.M.L.O.* Ofício do presidente da província Antônio Elzeário de Miranda e Brito ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (João Vieira de Carvalho). *Coleção Manoel Luís Osório*. Caixa 20, Pasta 1, Rio Grande, 06 de maio de 1839.

Arquivo Histórico do Exército (BR)– Pasta 07, cx.19. *Coleção Manoel Luís Osório*. Fé de ofício de Manoel Luís Osório.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – *Fundo Documentação dos Governantes. Correspondência dos Presidentes da Província 1831-1832. Códice a566*. Correspondência de Manoel Antônio Galvão a Antônio Luiz de Souza Cambraia (juiz de paz de Alegrete), 23 de dezembro de 1831.

Arquivo Nacional - *Rebelião do Rio Grande do Sul 1835-1845: Processo*. Rio de Janeiro, Ed.31, v.1-3, 1935, p.180-181. Ofício enviado pelo marechal Sebastião Pereira Barreto Pinto ao ministro da Guerra, Antero José Ferreira de Brito, em 4 de setembro de 1834.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Inventário de Manoel Luiz da Silveira Borges, 1849, *Autos n.146. Maço 6, Caçapava*. Cartório de Orphãos e Ausentes.

Biblioteca Nacional – *A Aurora Fluminense: Jornal Político Literário* (RJ) – 1827-1839. N.º 917, Rio de Janeiro, 2 de julho 1834, p.1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706795&Pesq=Ex%3a9rcito&pagfi s=4007> (Acesso em: 10 de julho de 2023).

Biblioteca Nacional – *Jornal do Comercio* (RJ) – 1830-1839 – N.º 60, de 7 de março de 1833, p.2. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&Pesq=%22bella%20Uni%20c3%a3o%22&pagfis=3886

Biblioteca Nacional – *O Militar (1854-1855)* – RJ. Quinta-feira, 22 de março de 1855, N° 16, Ano 1.

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=758280&Pesq=Os%20c3%b3rio&pagfis=119> (Acesso em 20 de julho de 2024).

Biblioteca Nacional – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1831, p.7. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=16>

CLI – Lei de 10 de outubro de 1831. “Autoriza a criação de corpos de guardas municipais voluntários nesta cidade (Rio de Janeiro) e províncias”. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37586-10-outubro-1831-564553-publicacaooriginal-88479-pl.html#:~:text=Dados%20da%20Norma-,LEI%20DE%2010%20DE%20OUTUBRO%20DE%201831,do%20Imperador%20o%20Senhor%20D

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Arquivo General Osório*. Série Documentos Pessoais. Concessão de Arrendamento Rural pelo presidente da República Oriental do Uruguai Frutuoso Rivera a Manoel Luiz da Silva Borges e Manoel Luís Osório. Quaraí, 14 de junho de 1834. Notação final: DL224.052.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). *Arquivo General Osório*. Série: Núcleo familiar. Carta patente do tenente-coronel de Milícia, Manoel Luiz da Silveira Borges, por decreto do Imperador D. Pedro I, na Corte do Rio de Janeiro (RJ), em 25 de maio de 1822. Notação Final: DL226.003.